

Processo	00271-2009-100-03-00-3 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	17/05/2010	DEJT	Página: 129		
Órgão Julgador	Oitava Turma				
Relator	Denise Alves Horta				
Revisor	Márcio Ribeiro do Valle				
Tema	AÇÃO TRABALHISTA - SIMULAÇÃO				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LIDES SIMULADAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

Comprovada a conduta reiterada e habitual da empresa de não submeter as rescisões contratuais dos empregados com mais de 1 ano de serviço à assistência legal pelos órgãos competentes, conforme dispõe o art. 477, parágrafo 1º, da CLT, mas apresentá-las diretamente ao Judiciário em forma de reclamações trabalhistas, a fim de realizar acordos com os trabalhadores, em que estes conferem quitação pelo extinto contrato de trabalho, indubitável é a configuração de lides simuladas, em prática que afronta a ordem jurídica e viola interesses coletivos. Portanto, o MPT detém legitimidade para ajuizar **ação civil pública**, nos termos dos artigos 127 e 129, III, da CF/88; 6º, VII, "d", e 83, III da Lei Complementar 75/93; 21 da Lei 7.347/85 e art. 81, parágrafo único, II do Código de Defesa do Consumidor.